

RECORDAR E CONTAR A MISSÃO

Muitas vezes me perguntei como é que a minha experiência missionária influenciou sobre o meu modo de perceber os outros, sobre a minha relação com o mundo das coisas, sobre a minha relação com Deus e com o meu ser missionário. Por outras palavras, que percursos me conduziram a ser o que sou, em que modo os contactos com pessoas de diferente cultura e sensibilidade me mudaram, como é que a vida em comum com confrades marcados por experiências positivas mas também trágicas me transformaram, e como é que situações densas de significado e, por vezes, dramáticas, afinaram a minha sensibilidade missionária.

“Contar” a missão, então, não é simplesmente relatar factos e problemáticas missionárias (menos ainda expor “paradigmas missionários” que afagam a mente, porventura, mas não o coração). Contar a missão é “recordar” os acontecimentos fundantes que marcaram a vida (no sentido mais amplo do termo, como eventos-sinais de realidades-outras, onde se é acariciado pela mão invisível de Deus), e fazem parte da própria história e identidade; o contar, então, assume uma dimensão performativa porque, testemunhando uma mudança que diz respeito à mente, ao coração, à vontade, envolve outros no próprio percurso missionário. Contar a missão é, em síntese, testemunhar um encontro que misteriosamente emerge na história e que dá a direcção de marcha. A missão nasce do encontro com o amor de Deus. Di-lo o Papa Francisco na encíclica *Evangelii Gaudium* (EG): «*Somente graças a este encontro – ou reencontro – com o amor de Deus, que se converte em amizade feliz, é que somos resgatados da nossa consciência isolada e da autorreferencialidade. Chegamos a ser plenamente humanos, quando permitimos a Deus que nos conduza para além de nós mesmos a fim de alcançarmos o nosso ser mais verdadeiro. Aqui está a fonte da ação evangelizadora. Porque, se alguém acolheu este amor que*

Ihe devolve o sentido da vida, como é que pode conter o desejo de comunicar aos outros?» (n. 8).

Recordar os 150 anos do Instituto é, portanto, celebrar eventos constitutivos e fundantes, aquela «rocha da qual fomos escavados», que nos tornaram aquilo que somos e em que discernimos a amorosa mão de Deus, mas também fazer memória das pessoas que encarnaram os seus valores com paixão e na extrema doação de si. Destes eventos escolho três que, parece-me, têm um significado particular na nossa vida e, em particular, no nosso modo de viver a missão porque exprimem as constantes, as atitudes e as dimensões fundamentais das mesmas.

1. A morte de Comboni como evento paradigmático da sua vida

Confesso que sempre me senti fascinado pela paixão visceral de Comboni por África, por aquele seu consumir-se por África, como a chama que lentamente consome a cera: como não recordar uma das últimas fotos de Comboni, já no fim da sua vida, com a barba grisalha e o rosto marcado pelos padecimentos? Mas sempre me senti fascinado também pela morte e pelo após-morte de Comboni, como eventos emblemáticos da sua vida. Comboni morria quando no horizonte se estavam a adensar as nuvens ameaçadoras da revolução do Mahdi que varreria as missões do Sudão. Alguns dias antes da sua morte, tinha escrito ao P. Sembianti uma carta que terminava com estas palavras: *«Eu estou feliz com a cruz, que levada de boa vontade por amor de Deus gera o triunfo e a vida eterna»*. Palavras que, do ponto de vista puramente humano, pareciam contradizer a evidência, pelo menos no tocante ao “triunfo” da sua missão. Quem, como ele, podia compreender a enormidade da missão mas também a exiguidade das forças? Uma herança recolhida por Johan Dichtl, que assistiu Comboni nas últimas horas da sua vida, mas que era ainda demasiado jovem, assim parecia, para prosseguir aquela missão sobre-humana. Uma herança que parecia fechar-se tragicamente pouco tempo depois com o evento da Mahdia.

Comboni era sepultado no jardim da missão, ao lado da sepultura do pró-vigário apostólico, o jesuíta Massimiliano Ryllo. Depois da revolução, em 1901, o então vigário apostólico, D. Roveggio, volta ao cemitério da missão de Cartum para exumar a urna. «[...] regressou-se ao jardim da missão de Cartum, – escreve Domenico Agasso na biografia sobre Comboni – às sepulturas do padre Ryllo e monsenhor Comboni. A primeira foi encontrada intacta. [...]. De Daniele Comboni, ao contrário, naquela destruição, só alguns ossos misturados com a terra. [...]. Poucos restos [...]: o corpo do vigário apostólico ficou em grande parte lá, misturado com aquela terra. A doação total [...] Comboni e a África, uma coisa só»¹. Uma cena comovente, palavras que exprimem ainda mais a paixão visceral de Comboni, do qual não só a vida mas também a morte parece pertencer à África. Um evento, parece-me, altamente simbólico: o corpo de Comboni, «misturado com aquela terra» parece quase fecundá-la. Uma pertença, a sua, para além da morte. Mas, para lá da perturbação emotiva, o ponto de vista humano induzir-nos-ia a pensar que o grande sonho de Comboni se tivesse desfeito num insucesso – como outras experiências antes dele.

Parecem-me, então, iluminadas as palavras do Papa Francisco que, na *Evangelii Gaudium*, formula um princípio fundamental na construção de uma nova sociedade: o tempo é superior ao espaço. «Dar prioridade ao tempo é ocupar-se mais com iniciar processos do que possuir espaços. O tempo ordena os espaços, ilumina-os e transforma-os em elos de uma cadeia em constante crescimento, sem marcha-atrás. Trata-se de privilegiar as ações que geram novos dinamismos na sociedade e comprometem outras pessoas e grupos que os devolverão até frutificarem em acontecimentos históricos importantes. Sem ansiedade, mas com convicções claras e tenazes». E ainda: «Este critério é muito

¹ Domenico Agasso sr – Domenico Agasso jr, *Un profeta per l'Africa. Daniele Comboni*, Cinisello Balsamo (Milano), San Paolo, 2011, pp. 279-280.

apropriado também para a evangelização, que exige ter presente o horizonte, adotar os processos possíveis e a estrada longa» (n. 223 e 225).

A vida e a morte de Comboni como uma *acção generativa* de um processo de mudança através de pessoas que, porquanto numericamente poucas, continuam o seu sonho. Portanto, um critério de método missionário e de animação missionária é o de pôr em curso *acções generativas* que, porquanto aparentemente insignificantes, activam um movimento de transformação, associando-lhe pessoas que se tornem, elas mesmas, instrumentos de mudança. Os exemplos, na nossa história, não faltam. Aludo brevemente ao Ir. Michele Sergi e ao seu “club” em Cartum, um ponto de encontro e de formação para os jovens, uma realização sem grandes pretensões, mas muitos daqueles que aí foram formados tornaram-se pioneiros da evangelização nas zonas do Sudão do Sul aonde os missionários ainda não tinham chegado.

2. Depois da revolução do Mahdi

O vendaval da revolução do Mahdi, logo depois da morte prematura de Comboni, abateu-se sobre as nossas missões. A missão da África Central é arrasada, os missionários e as missionárias fogem para o Egipto ou são feitos prisioneiros. Para estes últimos iniciará o calvário da prisão e das humilhações.

Após cerca de vinte anos, os missionários voltam a Cartum e começam a marcha em direcção ao sul para fundar novas missões; sem pontos de referência, sem experiências, sem, até, um manual missionário. O P. Antonio Vignato, pensando nas suas primeiras experiências no Sudão, enquadra a situação: *«Um terrível atraso da nossa organização catequética deve-se atribuir também à inexperiência de como organizar a missão; nenhum de nós tinha observado no lugar o trabalho dos outros missionários e pouquíssimo se tinha lido sobre a experiência de outros. A nossa única experiência tinha-nos sido dada pela colónia anti-escravagista de Gesirah [...] e pelas escolas de Helouan, Suakim*

e similares»². É preciso recomeçar do princípio e refundar o sonho de Comboni, não obstante as dificuldades ingentes e os obstáculos colocados no caminho.

Perder tudo e recomeçar do princípio, refundar o sonho de Comboni – ou mantê-lo vivo nas tragédias em que muitos de nós se encontraram – é uma constante que nos acompanhou desde o início. É como se o Senhor nos tivesse conduzido, através destas e outras experiências dolorosas, à essencialidade da missão. Recordo as destruições da guerra no Uganda, quando era ainda escolástico; missões destruídas: Maracha, Koboko e outras; recordo a missão de Otumbari, deixada pelos missionários por ordem do bispo porque em zona de guerrilha, a dor do P. Bernardo Sartori à ordem de evacuar a missão, apesar de não estar convicto disso, e o seu baixar a cabeça em obediência. Tenho presente também aqueles muitos confrades que permanecem com a gente não obstante as guerras e as violências, por vezes seguindo-a como refugiados. Recomeçar do princípio, teimosamente, manter vivo o sonho de Comboni, que é no fim de contas o de Jesus, ou refundá-lo quando tudo parece perdido, passando através de um doloroso processo de *kenose*, que é participação na *kenose* de Jesus, onde todo um trabalho de anos é destruído e anulado; é todavia uma experiência que se pode tornar, através de um processo de discernimento guiado pelo Espírito, *kairòs*, momento favorável de crescimento e de mudança.

Eis então um apelo a voltar ao essencial através do anulamento de certezas efémeras e de planos e métodos bem engendrados, se fruto apenas de «*vanglória*». «*Quantas vezes sonhamos planos apostólicos expansionistas, meticulosos e bem traçados, típicos de generais derrotados! – recorda-nos o Papa – Assim, negamos a nossa história de Igreja, que é gloriosa por ser história de sacrifícios, de esperança, de luta diária, de vida gasta no ser-*

² Antonio Vignato, *Una pagina di storia catechetica africana*, in «Combonianum», 8 (1944)2, p. 11-12. Roma, Archivio Centrale, I/A/I.

viço, de constância no trabalho fatigante, porque todo o trabalho é “suor do rosto”» (EG n. 96). Então também a tragédia, as derrotas, a perda, o anulamento das nossas certezas mundanas se tornam apelo à conversão, se transformam em eventos fundantes para voltar às raízes da nossa identidade e da missão.

Em poucos traços a *Evangelii Gaudium* projecta as dimensões de uma comunidade “em saída” e em que consista a essencialidade da missão. O Papa Francisco fala de **tomar a iniciativa**, procurar os distantes, ir às encruzilhadas dos caminhos e convidar os excluídos: é ir em direcção aos “mais pobres e abandonados” da nossa tradição; a fórmula *ad gentes*, nesta perspectiva, conserva ainda a sua validade. Mas Francisco fala também de uma comunidade que se **envolve** e sabe «*assumir a vida humana tocando a carne sofredora de Cristo no povo*», eco daquele “fazer causa comum com a gente” que é parte da metodologia comboniana de evangelização; missão é tocar a carne sofredora do irmão – “carne entendida nas suas várias dimensões: humanas, sociais e culturais – e convite a não «*permanecer na pura ideia e degenerar em intimismos e gnosticismos que não dão fruto*», mas a pôr em acção «*o critério da realidade, de uma Palavra já encarnada e sempre procurando encarnar-se*» segundo o critério de que «*a realidade é superior à ideia*» (EG n. 233). Francisco acrescenta outras dimensões missionárias: aquela de **acompanhar** «*a humanidade em todos os seus processos, por mais duros e demorados que sejam*»; *acompanhar* é um percurso que «*conhece as longas esperas e a fadiga apostólica. A evangelização patenteia muita paciência, e evita deter-se a considerar as limitações*». “Salvar a África com a África não sublinha porventura o processo de fazer-se companheiros discretos para que a gente seja protagonista do seu destino? E, por fim, os critérios de **frutificar** e **festejar** para «*fazer com que a Palavra se encarne numa situação concreta e dê frutos de vida nova*» e «*possa celebrar e festejar cada pequena vitória, cada passo em frente na evangelização*» (EG m. 24).

Voltar à essencialidade da missão é redescobrir a comunidade como sujeito que evangeliza, que toma a iniciativa, se envolve, acompanha, frutifica e festeja porque, nas palavras da Encíclica, a comunidade «*é uma intimidade itinerante, e a comunhão “re-veste essencialmente a forma de comunhão missionária”*» animada pelo Espírito de Jesus (EG n. 23). A comunidade, acrescento, é aquela *intimidade itinerante* que, enquanto evangeliza, é evangelizada, enquanto ensina, aprende, enquanto é sujeito de missão torna-se o seu objecto, num mútuo enriquecimento de dar e receber (DC '15 n. 3, 26).

3. Divisão e reconciliação

Recordar, ainda que em linhas gerais, os eventos que levaram à divisão e, depois, à reunião do Instituto parece-me que tenha uma consequência não apenas sobre como vemos a nossa comum pertença mas também sobre o modo como vivemos a missão.

A divisão do Instituto, sancionada em 1923, foi uma «*profunda ferida*», escreve o P. Romeo Ballan no suplemento da *Família Comboniana*, Abril de 2017, citando os comentários dos padres F. Pierli e T. Agostoni. Uma divisão cujas razões pareciam ter mais peso que as motivações para permanecer unidos: diversa formação, diverso método missionário, acesos nacionalismos, e tudo condimentado com uma absoluta falta de diálogo no vértice a quem se imputava, assim se escrevia no *Bolletino* de 1972, «*a separação em dois do único corpo fundado por Comboni*»³. Uma divisão vivida com sofrimento por muitos combonianos, abertos de coração e de mente: «*A separação nunca foi sem lamentos – insistia o mesmo artigo – aliás, em alguns foi um caso de consciência*»⁴.

³ *Breve cronologia dei contatti tra Comboniani Italiani (FSCJ) e Tedeschi (MFSC)*, in «*Bollettino*» (1972)97, p. 58.

⁴ *Ibid.* p. 58.

Mas, o anseio em relação à reunião nunca foi amortecido porque «o corpo comboniano permaneceu fiel à sua vocação: por isso a inquietação fecunda semeadouros de Comboni»⁵. Inquietação que faz ultrapassar as recíprocas cautelas e os preconceitos quando a consciência da comum pertença a Comboni como figura de fundação e a conscientização da missão como razão de ser do «único Instituto Comboniano “nascido em missão”»⁶ se reforçam e se tornam as razões generativas de um novo movimento: então as inquietações tornam-se práxis, história concreta feita de diálogos informais, pesquisas de estudo, colaboração nas missões, concretas realizações para uma formação comum em Espanha, trabalho de pessoas que acreditaram na reunião como os padres Riedl e Farè, história de deliberações dos Capítulos Gerais dos dois Institutos, de actividades da *Reunion Study Commission*, até ao Capítulo de 1979 que sancionou formalmente a reunião. Mas a reunião, que é simplesmente um facto formal e jurídico, foi precedida por diálogo sincero, aceitação recíproca e, diria, honesto reconhecimento dos próprios preconceitos na conscientização de raízes identitárias comuns como ponto firme para reconstruir a unidade. Considero este anseio pela reunião e o processo que o pôs em movimento eventos fundantes da nossa identidade, sobretudo hoje em que o Instituto está a assumir uma marcada dimensão multicultural: somos um Instituto fundado sobre a reconciliação e sobre o acolhimento recíprocos e cuja missão é criar comunidades reconciliadas: o perdão, o diálogo, a reconciliação, o acolhimento do outro fazem parte da nossa identidade missionária.

Julgo por isso pertinentes as palavras da *Evangelii Gaudium* sobre as modalidades de situar-se perante os inevitáveis conflitos que podem surgir na comunidade. O conflito, afirma o Papa, não se disfarça, não se deixa de ser prisioneiros dele lançando sobre os outros as próprias «confusões e insatisfações», mas deve ser

⁵ Ibid. p. 58.

⁶ Ibid. P. 59.

aceite, resolvido, transformado «como elo de ligação de um novo processo» (EG n. 227). «Deste modo, prossegue o Papa, torna-se possível desenvolver uma comunidade nas diferenças, que pode ser facilitada só por pessoas magnânimas que têm a coragem de ultrapassar a superfície conflitual e consideram os outros na sua dignidade mais profunda. Por isso, é necessário postular um princípio que é indispensável para construir a amizade social: a unidade é superior ao conflito» (EG n. 228). Em síntese, o conflito deve ser enfrentado na aceitação incondicional do outro e no horizonte da própria identidade carismática e missionária; deste modo as diferenças, ocasiões de conflito, são, em vez disso, transformadas em potencialidades a favor da missão. É a partir destes conflitos aceites, resolvidos, transformados que se avança no caminho da construção de comunidades interculturais e a própria comunidade se torna sinal e instrumento de reconciliação e de diálogo.

4. Para concluir: alguns nós problemáticos

Gostaria de aludir a algumas questões que me parecem importantes neste primeiro quarto do século XXI e faço-o sem ter a pretensão de soluções mas como propostas para uma reflexão ulterior.

Escrevia mais acima acerca de um Instituto, onde confrades portadores de novas culturas provenientes do Sul Global (uma qualificação que tomo por empréstimo de alguns sociólogos) estão a entrar no Instituto ocupando aí também espaços de gestão. O Instituto está a mudar não só numericamente, com a chegada destes confrades, mas também porque eles trazem novos modos de pensar a vida religiosa, a comunidade e a missão, herança de um diferente ambiente cultural. O diálogo, que se alimenta da escuta em profundidade das razões do outro, é ainda mais necessário agora, no momento em que se estão a patentear estas diferenças culturais e que algumas soluções para questões que pareciam comumente aceites são postas em causa.

Refiro-me de modo particular à problemática das *comunidades de inserção radical* que, segundo um entendimento e uma práxis comum, subentendem o viver pobremente, a nível dos pobres e em estruturas pobres. Pergunto-me se confrades de outras culturas, que não sejam as do mundo ocidental, tenham um outro modo de entender a pobreza, de viver como pobres com os pobres e, em geral, uma sensibilidade diferente face à pobreza “radical”. Não tenho soluções para este tema, limito-me a pôr a questão considerando, todavia, que o dever de escutar-nos, sobretudo de escutar tanto as mensagens verbais como as não-verbais, nos ajude na construção de uma *comunhão das diferenças*, primeiro passo em direcção à concretização de comunidades interculturais.

Um segundo problema concerne a provisoriedade dos empenhos e, em particular, o que está ligado à responsabilidade de deixar um empenho (refiro-me sobretudo às paróquias) uma vez que este tenha atingido um certo grau de auto-suficiência económica, ministerial e missionária (RV n. 70). Acrescento, como digressão mas sem veia polémica, que também empenhos não auto-suficientes e que ainda precisavam da nossa presença foram entregues ao Bispo em virtude da impossibilidade de os levar em frente, dada a escassez de pessoal. Os ideais da Regra de Vida contrastam muitas vezes com os limites da história. O problema de entregar paróquias auto-suficientes, sobretudo florescentes do ponto de vista económico, põe-se agora que confrades de pertença radical de uma Circunscrição considerada “de missão” estão a aumentar e, justamente, estão a ocupar a gestão. A autonomia das Circunscrições, quanto à subsistência económica dos confrades de pertença radical, é um problema sério a que muitas Circunscrições estão a procurar penosamente dar respostas. Nesta perspectiva e à luz das novas circunstâncias históricas, asserções e doutrinas que considerávamos já aceites deveriam ser revisitadas. Na minha passada experiência de provincial, recordo as dúvidas e as perplexidades dos confrades de

pertença radical à decisão de entregar ao Bispo uma paróquia economicamente florescente.

Um terceiro nó problemático: a missão que se contextualiza e a implantação jurídica do Instituto dividido em Províncias e Delegações as quais, geralmente, seguem as fronteiras nacionais. Muitas “situações missionárias” como os povos pastoris da África do Oeste, os afro-descendentes, as populações indígenas da América Latina mas também as problemáticas associadas às periferias das grandes cidades, ultrapassam as fronteiras nacionais e circunscricionais. De facto, no Instituto fala-se de “empenhos continentais” em referência a tais contextos. Pergunto-me se a organização jurídica do Instituto, em linha com o critério do empenho missionário, não deva ser repensada e adaptada à nova realidade. Isto é, se uma divisão jurídica não deva seguir uma organização baseada sobre as “situações missionárias” mais do que sobre as fronteiras administrativas de uma nação. Isto não é um problema novo: de facto, foi uma questão que surgiu no Capítulo Geral de 2009, mas sem uma verdadeira solução de continuidade. É também verdade que, pelo que concerne o intercâmbio de pessoal entre Circunscrições, a Regra de Vida prevê uma certa flexibilidade (116 e 125), mas é igualmente verdade que remodelar uma Circunscrição (ou como se a queira qualificar) segundo uma “situação missionária” ajuda a criar homogeneidade e identidade na própria Circunscrição, a discernir as linhas comuns de pastoral e a facilitar, da parte do superior, o processo de aprofundamento dos empenhos assumidos.

Parece-me que estes três nós problemáticos (e outros mais que poderiam surgir) precisam de reflexão aprofundada, diálogo constante e discernimento sincero. «*Continuar à escuta de Deus, de Comboni e da humanidade, para colher e apontar na missão de hoje os sinais dos tempos e dos lugares*» (DC '15 n. 22) é uma tarefa à qual não podemos subtrair-nos.

P. Mariano Tibaldo, mcccj

Perguntas para reflexão

1. Recordando a minha história pessoal e/ou a da Circunscrição, quais são as experiências fundantes que marcaram a vida e em que entrevejo a presença de Deus? De que modo estes eventos me mudaram e/ou mudaram a vida da Circunscrição?
2. Há *acções generativas* que puseram em movimento uma transformação da Circunscrição e/ou de uma situação social? Que mudanças trouxeram? Quais são as pessoas que as iniciaram? Quanto, da nossa acção missionária, é devida à “*vanglória*” de planos pessoais mais do que à preocupação de iniciar processos de mudança?
3. Quais situações difíceis a nível pessoal e/ou da Circunscrição purificaram e tornaram credível o meu ser missionário e ajudaram a Circunscrição a reencontrar a essencialidade da missão?
4. Quais são os conflitos e como os administro a nível comunitário e circunscricional?